

Análise da política de assentamentos rurais no estado do Rio de Janeiro: o caso do assentamento Associação Mutirão da Conquista – Valença / RJ

Danielle Barbosa da Silva de Oliveira
Mestranda em Geografia-UERJ
danibarsil@ig.com.br

Gláucio José Marafon
Professor do Departamento de Geografia/UERJ
glauciomarafon@hotmail.com

Resumo

A temática da reforma agrária tornou-se alvo de inúmeros estudos e debates ao longo dos últimos anos. Este debate está presente no cenário político brasileiro, de maneira bastante intensa ao longo de toda a história, aparecendo, no entanto, com contornos e representações diferentes.

O debate sobre a reforma agrária encontra-se cada vez mais acirrado no Brasil, porém, a melhor maneira de se realizar a reforma agrária, é hoje, um grande desafio tanto para aqueles que estão diretamente ligados ao processo de luta pela terra, quanto para os estudiosos do assunto. Analisar a questão, levando em consideração as inúmeras transformações sofridas pela agricultura, bem como situar o tema na atualidade, sem deixar de lado todo o histórico da luta pela terra no Brasil e a grande dimensão territorial do país, torna o tema cada vez mais complexo.

Entender como o estado do Rio de Janeiro encontra-se inserido em todo esse movimento em prol da reforma agrária, desperta interesses, uma vez que este apresenta características peculiares como a intensa metropolização e urbanização, que podem se tornar entraves a uma política de reforma agrária.

O estado do Rio de Janeiro possui variados projetos de assentamentos de responsabilidades distintas, sendo alguns criados pelo governo estadual (ITERJ) e outros originários da ação do governo federal (INCRA). Desta forma, procuramos entender o papel diferentes órgãos governamentais enquanto realizadores de uma política de reforma agrária, tendo como estudo de caso o Assentamento Associação Mutirão da Conquista, que se localiza no município de Valença, na Região do Médio Vale do Paraíba Fluminense.

Assim, entendemos que o debate sobre a reforma agrária deve estar associado à discussão a respeito de soluções para se construir uma sociedade mais justa e democrática. Para tanto, torna-se necessário repensar a reforma agrária para que esta volte a ser analisada enquanto política de combate às desigualdades no meio rural.

Introdução

Ao se estudar a agricultura, a temática da reforma agrária desponta entre tantas outras que permeiam o assunto. Analisar o processo de ocupação e manutenção do homem no campo sempre foi uma constante nos meios acadêmicos, através de debates que alcançaram a opinião pública. Diferentes posições teóricas referentes a reforma agrária promovem ainda mais o acirramento sobre o tema, num cenário fragmentado,

onde os atores que compõem a luta pela terra se organizam espacialmente apesar de encontrarem-se num país de dimensões continentais como o Brasil, com diferentes influências regionais.

Analisada enquanto política pública, o debate acerca da reforma agrária foi passando por transformações de acordo com as mudanças políticas ocorridas nesse campo, segundo Alentejano,

seja pelas questões colocadas ou recolocadas pelos movimentos sociais, seja pelas mudanças nas políticas públicas governamentais. Afinal, a reforma agrária é uma política pública construída num campo de tensões sociais acentuado. (...) Isto faz da reforma agrária um tema altamente complexo e não apenas no Brasil, pois os vários exemplos históricos de reforma agrária nos mostram o quão relevantes são os problemas que envolvem sua realização. A diversidade é talvez a marca mais expressiva das experiências de reforma agrária no século XX (ALENTEJANO, 2003, p. 69).

Fatores históricos como o desenvolvimento do capitalismo no campo e a intensa concentração de terras geraram um árduo processo de exclusão social dos pequenos produtores rurais e o conseqüente aumento do número de trabalhadores em luta pela posse da terra.

As ocupações de terras realizadas por movimentos populares, são ações de resistência frente à intensificação da concentração fundiária e contra a exploração, que marcaram uma história de luta na busca contínua de moradia e trabalho, a fim de obter condições dignas de vida (Fernandes, 2000). Os assentamentos rurais representam a materialização das conquistas obtidas pelos excluídos da terra, principalmente após a modernização “conservadora” do campo. O Estado surge nesse contexto como importante mediador e executor de políticas públicas que buscam de alguma maneira suavizar e diminuir as tensões no campo brasileiro. Desse modo, os assentamentos surgem após a intervenção e o acordo entre Estado e os principais atores sociais envolvidos na questão da luta pela terra.

Buscando compreender melhor a temática da reforma agrária, o presente trabalho, tem como recorte espacial o assentamento rural Associação Mutirão da Conquista, no município de Valença, localizado na Região do Médio Vale do Paraíba Fluminense no estado do Rio de Janeiro. Analisar as particularidades do Assentamento Mutirão da Conquista, que sofre a influência de diferentes esferas governamentais (estadual e federal) atuantes no Rio de Janeiro, enquanto executoras de políticas públicas voltadas para o espaço rural do estado, é o principal objetivo deste estudo.

A escolha do recorte espacial se justifica pelas características peculiares que distinguem o Rio de Janeiro do restante do país, ou seja, é um estado altamente urbanizado e metropolizado, onde a maioria da população reside em áreas urbanas e grande parte dos demandantes de terra possuem origem urbana, o que diferencia enormemente esse estado do restante da federação.

O Assentamento Mutirão da Conquista, foi escolhido devido a três motivos principais: 1) o assentamento possui uma grande organização interna, possibilitada por reuniões mensais e uma liderança forte que conduz e busca soluções para as questões que surgem; 2) a intensa relação existente entre os assentados do Mutirão da Conquista e os órgãos públicos que atuam no estado do Rio de Janeiro; 3) o fato de o assentamento ter sido criado pelo governo estadual e ter sido reconhecido pelo governo federal, passando para a tutela do INCRA, tendo, portanto, a atuação de dois órgãos de esferas governamentais distintas.

A agricultura no Rio de Janeiro e a estrutura fundiária

A problemática da luta pela terra no estado do Rio de Janeiro prende-se à forma particular devido ao intenso processo de urbanização e metropolização do espaço fluminense que contribuem para que a reforma agrária apresente-se de maneira mais específica. Em seu discurso, Alentejano (2003) ressalta que o enorme crescimento da cidade do Rio de Janeiro e o esvaziamento por que passou o interior do estado levaram a uma enorme dependência do espaço fluminense com relação a capital do estado.

O capital industrial e o capital imobiliário foram os principais agentes organizadores do espaço fluminense ao longo deste século, sendo o primeiro o principal responsável pelo processo de metropolização e o segundo o principal agente da sujeição do capital agrário no interior do estado e da expulsão em massa do campesinato do campo, exceção feita às regiões Norte e Noroeste, onde o agente central da expulsão dos trabalhadores rurais foi o próprio capital agrário, em suas mudanças. A expansão industrial levou a uma aceleração da urbanização e a substituição de áreas antes destinadas a produção agrícola por áreas de habitação, comércio e serviços, gerando a partir de então, uma intensa especulação imobiliária.

O estado do Rio de Janeiro apresenta alguns problemas em relação ao meio rural. A vasta concentração de população e renda na Região Metropolitana gera um forte desequilíbrio interregional (Silva, 2005). Diante deste quadro e baseado em dados censitários, verificou-se um intenso processo de desruralização no estado do Rio de Janeiro, entendido como esvaziamento econômico e demográfico e perda de peso político e cultural no interior do estado que entre 1940 e 2000, obteve um decréscimo da população rural de 1.400.000 pessoas para 570.000 pessoas (Alentejano, 2003). Assim, constituída por vinte municípios, a Região Metropolitana representa um centro polarizador de recursos do estado (Ribeiro, 2002).

Uma análise apurada da estrutura agrária fluminense aponta para uma relevante perda de espaço da agricultura na economia estadual, e o intenso crescimento, ao longo do tempo da industrialização e das atividades comerciais e de serviços, resultando num intenso processo de urbanização. Assim, o ideário da decadência do setor agrícola fluminense torna-se unânime. Alentejano ressalta que a idéia de decadência da agricultura fluminense deve ser relativizada, uma vez que alguns aspectos importantes são deixados de lado, como,

a área agrícola limitada, pelo tamanho do estado e pela topografia acidentada que o caracteriza, e, de outro, a força dos setores industrial e, principalmente, de serviços é enorme. (...) A imagem da decadência da agricultura fluminense está fundamentalmente ligada ao fato de que a área agrícola utilizada no Rio de Janeiro é bastante reduzida, muito inferior à de todos os demais estados da região Sudeste e a agroindustrialização é muito limitada (ALENTEJANO, 1997, p. 68 e 69).

Alentejano (1997) destaca ainda que quando outros dados são observados, dentre eles o rendimento e a geração de valor, a situação torna-se inversa, pois o rendimento do estado é superior a média nacional na maior parte das culturas, com exceção do milho e da cana-de-açúcar, e a geração de valor chega a um índice semelhante ao de São Paulo e muito superior ao de Minas Gerais e Espírito Santo, demonstrando que a agricultura fluminense ao contrário daquilo que se pensa apresenta-se bastante dinâmica. Torna-se importante destacar que o dinamismo do setor agrícola no estado do Rio de Janeiro baseia-se nas pequenas e médias propriedades que apresentam uma estrutura mais moderna, com destaque no setor de olerícolas, atividade

intensiva que ocupa pequenas áreas, com elevada capacidade de geração de valor agregado. Além disto, uma análise mais apurada do quadro 2, mostra que as pequenas e médias propriedades são aquelas que mais empregam mão-de-obra, ao contrário das grandes propriedades que apresentam índices baixíssimos de mão-de-obra empregada. A região Serrana ganha destaque, pois é onde a modernização é mais expressiva.

As grandes propriedades ocuparam uma parcela considerável do espaço do estado do Rio de Janeiro, tendo desempenhado papel relevante nas exportações agrícolas do país. Contudo, após o apogeu fluminense de exportação de açúcar e café (ocorridos respectivamente 1900-30 e 1970-80), a maioria das grandes propriedades voltadas para a comercialização desses produtos passou a se caracterizar pela ausência de dinamismo das atividades agrárias nelas desenvolvidas, devido a descapitalização decorrente da decadência das grandes lavouras comerciais. Isso contribui para que extensas áreas do estado apresentem um nível de aproveitamento agrícola muito inferior ao potencial produtivo das terras (Silva, 2005).

A imagem da decadência do setor agrícola fluminense, estrutura-se quando comparada com o ideal da agricultura brasileira fundamentada na grande produção modernizada, encontrada principalmente no estados de São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul.

Segundo Ribeiro (2002), o quadro agrário fluminense apresenta relevância e contrastes. De um lado têm-se produtos tradicionais como, por exemplo, a cana-de-açúcar e cultivos de subsistência e de outro, culturas que necessitam de técnicas mais sofisticadas, como a fruticultura e a olericultura. Além desses produtos comerciais, o estado do Rio, apresenta áreas com outras atividades agropecuárias voltadas para produtos mais valorizados em escala de mercado, tais como os produtos raros ou nobres (escargots, ervas finas, a criação de trutas, rãs, entre outros), que atendem ao mercado carioca, abastecendo a restaurantes e hotéis.

A agricultura fluminense não é tão decadente, porém caracteriza-se por baixos índices de produtividade, o que acaba por dar a imagem de estado onde a agricultura é praticamente inexistente, já que não encontramos grandes áreas contínuas cultivadas. Assim como na maior parte do território brasileiro, a estrutura fundiária fluminense é caracterizada por uma grande concentração da propriedade da terra, sendo as regiões Fluminenses, do Grande Rio, Serrana, da Baía da Ilha Grande, dos Lagos e de Campos as que apresentam índices mais elevados de concentração, sendo as quatro primeiras áreas de intensa especulação imobiliária e a última marcada pela presença de latifúndios canavieiros (Leite et al, 1997)

Destarte, Alentejano afirma

Assim, a maior parte dos conflitos fundiários ocorre nas regiões Fluminense do Grande Rio, da Baía da Ilha Grande e São João/Macacu, ou seja, nas áreas mais próximas à metrópole onde é significativa a presença de grandes propriedades improdutivas (ALENTEJANO, 1997, p. 73).

As origens desse processo podem ser encontradas em fatos históricos, pois assim como as demais áreas litorâneas da zona tropical do território colonial português, o Rio de Janeiro desde o século XVI viu surgir grandes latifúndios escravistas voltados para a monocultura, responsáveis pela herança de concentração fundiária que persiste até os dias de hoje. Juntamente a esses, fatores mais recentes também contribuíram com a concentração fundiária e com a elevada improdutividade da terra, a decadência da cafeicultura, que com seu caráter predatório de exploração deixou pra trás solos desgastados, e do setor canavieiro, a intensa urbanização e a atuação do Estado e do setor imobiliário (Alentejano, 1997).

Percebe-se que o Rio de Janeiro devido ao seu caráter altamente urbanizado sofre por não estar inserido numa política mais ampla de assentamentos rurais e, tampouco num processo de reestruturação mais profunda. Daí, a necessidade de se ampliar a idéia de assentamento, que desconsidera a possibilidade de desenvolvimento de atividades não agrícolas e não aceita trabalhadores de origem urbana, por considerá-los inaptos para desempenhar atividades agrícolas (Alentejano, 2003). O rompimento com esta concepção limitada e conservadora de assentamento é primordial para que se estabeleça uma política efetiva de reforma agrária com uma multiplicidade de tipos de assentamentos.

Histórico do processo de reforma agrária no Rio de Janeiro e a atuação do governo estadual

A atuação do Governo do Estado foi decisiva na definição do atual panorama do meio rural fluminense. Até os anos 50, os conflitos fundiários eram escassos no estado, entretanto, após esta década, estes se multiplicam consideravelmente. Durante o governo de Roberto da Silveira, entre os anos de 1959/1962, algumas intervenções efetivas em áreas de conflitos rurais ocorreram, porém, este foi o único governo a tomar partido desta questão até o governo de Leonel Brizola.

O primeiro governo de Brizola, eleito em 1982, teve uma atuação bastante significativa na implantação de assentamentos rurais no estado, assumindo a questão agrária com bastante empenho e criando um vínculo muito forte com a população que demandava terra, já que não havia um órgão específico em nível estadual para tratar da questão fundiária. Sem um plano de propostas para a questão agrária, o governo do estado foi criando alternativas independentes das ações dos órgãos federais à medida que o movimento de luta pela terra foi crescendo.

O governo encontrava-se despreparado do ponto de vista institucional, atuando através de três secretarias: Justiça e Interior, Trabalho e Habitação e Agricultura e abastecimento, que disputavam entre si o direcionamento da questão. Através destas secretarias foram implantados programas emergenciais e inovações institucionais que revelaram bastantes inconsistentes no desenrolar dos conflitos, dados os interesses antagônicos envolvidos na questão agrária. Para acabar, pelo menos formalmente, com essa disputa, o governo criou a Comissão de Assuntos Fundiários (CAF), vinculada à Secretaria de Justiça e Interior, em 1983, e mais tarde, a Secretaria de Assuntos Fundiários, em 1986, tentando trazer para a tutela do estado os conflitos. Desse modo, a questão fundiária ganhou mais destaque e o então governo estadual passou a reconhecê-la como questão politicamente estratégica (Novick, 1994).

A política agrária ganhou importância com a criação de uma secretaria responsável exclusivamente pelos problemas fundiários e ao mesmo tempo o governo tratou de separar este tema das questões agrícolas, que ficaram vinculadas à Secretaria de Agricultura. Fato este que levou a divisão do poder de pressão dos movimentos sociais rurais, devido à criação das duas secretarias.

A atuação do governo estadual perante a população que lutava por terra, bem como o enfraquecimento enfrentado por organizações de trabalhadores como o MST/RJ, a FETAG e a CPT, que não conseguiram fazer suas demandas desses trabalhadores, fizeram com que estes reconhecessem no Governo estadual seu principal interlocutor. Nos assentamentos, o governo forneceu alimentos, material de construção, recursos financeiros para a compra e aluguel de material necessário na agricultura (tratores, insumos etc), assistência técnica, além de infra-estrutura social e produtiva.

O governo estadual atuou “desapropriando por utilidade pública para fins de reforma agrária”, alguns estabelecimentos, com a justificativa de que criaria “centros urbanos” e “fazendas experimentais”. Torna-se válido ressaltar que a política de assentamentos do governo Brizola não excluía trabalhadores urbanos, fato que caracterizou de maneira singular a relação entre o Estado e os assentamentos e entre os próprios assentados e o modo como concebiam seus lotes, possibilitando a formação de uma cultura específica na qual a comercialização de terras, a presença de terrenos de veraneio, a posse da mais de um lote por família, a corrupção, a direção autoritária e a consolidação de “chefias” foram aceitas (Leite et al, 1997).

Com a eleição de Moreira Franco, em 1986, a questão agrária perdeu sua importância e o governo passou a utilizar a repressão perante os conflitos. Além disso, o então governador eleito esvaziou politicamente a secretaria responsável pela questão fundiária, fundindo-a com a vinculada à habitação. À volta do Governo Brizola em 1990, não gerou alterações no cenário estabelecido, uma vez que este se encontrava mais atrelado aos setores mais conservadores, além do enfraquecimento do movimento organizado que lutava por terra.

Eleito, Marcelo Alencar criou o Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ), que passou a administrar os assentamentos da esfera do governo estadual. O ITERJ elaborou um Plano de Atuação para suas atividades, que se divide em dois níveis: um Plano Estratégico, voltado ao estabelecimento de um conjunto de ações básicas resultantes das atribuições da autarquia; e um Programa de Ação para o período 1997/1999, com uma certa flexibilidade para se moldar às circunstâncias ditadas pelo ambiente político, econômico e social, bem como às restrições orçamentárias (Leite et al, 1997)

Leite et al explica que o ITERJ buscava implementar um Plano de Atuação e, com isso,

esperava-se a atuação em parceria com entidades públicas, dentre elas o INCRA e as prefeituras municipais, o que parece ir no sentido de regionalizar mais a atuação dos órgãos e de reconhecer o assentamento como um locus de oportunidades (principalmente com relação à geração de bens e serviços) (LEITE et al, 1997, p. 17).

As atividades do ITERJ estavam consolidadas em torno de quatro grandes programas

a) organização de assentamento dos trabalhadores em terra; b) administração do patrimônio público (terras públicas estaduais); c) ordenação do território; d) regularização de terras de pequenas comunidades rurais. Em termos de área de atuação, as regiões norte e da baixada litorânea devem ser privilegiadas (LEITE et al, 1997, p. 17).

O governo Anthony Garotinho, eleito em 1998, bem como o governo de Rosinha Garotinho (2003/2006), promoveram a manutenção do ITERJ e algumas mudanças ocorreram no interior do instituto, bem como alguns de seus objetivos e programas, conforme veremos mais adiante.

A atuação dos diferentes órgãos governamentais: ITERJ (esfera estadual) e INCRA (esfera federal)

- O ITERJ

O Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ), é uma autarquia vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Pesca e Desenvolvimento do Interior, tem como atribuição constitucional democratizar o acesso

a terra – posseiros, sem teto e sem terra –, intervindo na solução dos conflitos e nos processos de regularização fundiária. O órgão é o executor da política fundiária do Estado visando promover, ordenar e priorizar os assentamentos urbanos e rurais, em terras públicas e privadas.

Recentemente, o ITERJ vem desenvolvendo um amplo programa de acesso a terra, denominado Programa Nossa Terra que além da titulação, visa garantir a permanência das famílias na terra e busca promover o desenvolvimento sustentável dos assentamentos urbanos e rurais com intervenções urbanísticas e projetos geradores de trabalho e renda (como por exemplo, o desenvolvimento de hortas domésticas, a criação de pequenos animais e até mesmo a implantação de núcleos produtivos de cooperativas agroindustriais) (ITERJ, 2005).

Segundo informações obtidas no próprio site do ITERJ,

o Governo do Estado do Rio de Janeiro se propõe solucionar esta situação de exclusão social mediante um amplo programa de regularização fundiária em terras urbanas e rurais que está permitindo a titulação de milhares de famílias que hoje moram em terras públicas ou em áreas particulares abandonadas, utilizando os instrumentos jurídicos consagrados pela Constituição de 1988, do Estatuto da Cidade e das legislações federais, estaduais e municipais aplicáveis. Nas áreas rurais, com a garantia do acesso à terra e o apoio à produção, pretende-se construir um modelo de desenvolvimento local objetivando um impacto efetivo sobre a pobreza, com a permanência do trabalhador rural no interior do Estado (ITERJ, 2005).

Os programas de assentamentos rurais estabelecido pelo ITERJ dependem ainda da parceria com o INCRA, que é o responsável em esfera nacional pelo reconhecimento e legalização dos projetos de assentamentos titulados por órgãos estaduais. Sem o reconhecimento do INCRA, tais projetos não são declarados como legítimos perante a lei, e permanecem sem qualquer tipo de apoio federal (concessão de créditos iniciais, créditos concedidos pelo PRONAF etc), ficando por conta do governo do estado a concessão de qualquer tipo de crédito e assistência. Já as prefeituras municipais, são importantes, uma vez que estas são responsáveis pela viabilidade e manutenção da infra-estrutura básica necessária no interior dos assentamentos e no entorno dos mesmos (saneamento básico, energia elétrica, estradas, escolas, postos de saúde etc).

Torna-se importante ressaltar o relevante papel desempenhado pelo ITERJ em solucionar conflitos fundiários ocorridos no Estado, e o proeminente diálogo estabelecido entre o órgão e os movimentos populares, FETAG, MST, Movimento dos Sem Teto e outros, intervindo jurídico - institucionalmente nos conflitos.

O ITERJ atua em 54 assentamentos rurais com 5.856 famílias, em 239 Comunidades Urbanas com 106.231 famílias, em 10 Comunidades Remanescentes de Quilombos com 600 famílias e comunidades de pescadores artesanais e comunidades caiçaras, abrangendo 40 municípios fluminenses. Além desse universo dinâmico e sempre crescente, o ITERJ desenvolve uma intensa atividade na busca da solução de conflitos fundiários (PROGRAMA NOSSA TERRA, 2005).

A regularização fundiária envolve intervenções jurídicas para alcançar a titulação da terra e da moradia. O ITERJ no Governo Rosinha Garotinho materializou a titulação de 356 famílias e as titulações programadas para 2004, cujos processos estão em andamento somam 8.014 famílias. No atual Governo (Rosinha Garotinho – 2003/2006) foi assinado um Convênio de Cooperação Técnica entre o Ministério das Cidades, Associação de Prefeitos do Estado do Rio de Janeiro e o ITERJ visando o desenvolvimento de ações conjuntas destinadas a desenvolver o processo de regularização fundiária em todos os municípios do Estado. O ITERJ ao firmar esta

parceria tem como objetivo, contribuir para elevar a qualidade de vida no interior do Estado e garantir a propriedade de moradia (titulação) às famílias fluminenses que habitam em loteamentos, favelas e ocupações precárias (PROGRAMA NOSSA TERRA, 2005).

No interior do Programa Nossa Terra, são desenvolvidos alguns projetos, dentre eles o Projeto de Apoio a Produção, que tem como estratégia principal garantir a incorporação de culturas de maior valor agregado e criação de pequenos animais nos assentamentos rurais e promover a ampliação da oferta de alimentos, integrando-se à Política Estadual de Segurança Alimentar; identificar oportunidades de mercado para um planejamento agrícola que viabilize culturas sem agrotóxico propiciando a sua inserção em nichos de mercado com vistas à superação da pobreza na área rural. O plano de ação que o ITERJ visa estabelecer para o desenvolvimento do projeto é a implantação de áreas demonstrativas de novas culturas e técnicas agroecológicas, agroflorestais, a capacitação de agentes agrônômicos comunitários e a promoção do associativismo.

Outro importante projeto desenvolvido no interior do Programa Nossa Terra é o Projeto Núcleos Produtivos, que tem como objetivos específicos promover a implantação de núcleos produtivos (agroindústrias) nos assentamentos rurais e empreendimentos econômicos solidários nos assentamentos urbanos; contribuir para a construção de modelos de desenvolvimento regional sustentável, promovendo o associativismo e institucionalizar um grupo de apoio gerencial e administrativo para o estabelecimento das agroindústrias. Na gestão da governadora Rosinha Garotinho foram implantados dois Núcleos Produtivos que estão em pleno funcionamento: o núcleo de produção de cachaça artesanal, açúcar mascavo e melado (Assentamento Paes Leme em Miguel Pereira) e o de produção de banana passa (Assentamento Rubião em Mangaratiba) (ITERJ, 2005).

O Programa Nossa Terra trás em seu interior, um modelo piloto de assentamento rural, a Comunidade Agrícola Antônio de Farias, assentamento localizado em Campos, com 93 famílias, projeto iniciado no Governo Garotinho e retomado pela administração de Rosinha Garotinho, prevê a construção de 93 casas para os assentados que deverão ser entregues ainda no ano de 2005, eletrificação, construção de estrada, apoio à produção agrícola, quintais agro florestais, reflorestamento e um importante sistema de irrigação. A irrigação é uma intervenção contextualizada em uma ampla proposta ambiental que prevê a utilização do potencial pluvial e aproveitamento das áreas alagáveis no período chuvoso e a conservação do solo mediante o aproveitamento das condições naturais e topográficas. Desse modo, o governo do estado busca inaugurar um assentamento baseado num modelo sustentável, promovendo a interação harmônica entre meio ambiente e produção (PROGRAMA NOSSA TERRA, 2005).

– O INCRA

No final dos anos 50 e início dos anos 60, com a industrialização do país, a questão fundiária começou a ganhar espaço e ser debatida pela sociedade. No início do regime militar tentou-se dar o primeiro passo para a realização da reforma agrária no país, editando o Estatuto da Terra e criando o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (Inda). Em 4 de novembro de 1966, instituiu-se o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária que não saiu do papel. Em 9 de julho de 1970, criou-se o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), resultado da fusão do Ibra com o Inda.

Em 1987, o INCRA foi extinto e a responsabilidade pela reforma agrária passou para o Ministério da Agricultura. Em 29 de março de 1989 o Congresso Nacional recriou o Incra, rejeitando o decreto-lei que o extinguiu, mas a falta de respaldo político e a pobreza orçamentária mantiveram a reforma agrária semiparalisada. A questão foi vinculada diretamente à Presidência da República com a criação, em 29 de abril de 1996, do Ministério Extraordinário de Política Fundiária, ao qual imediatamente se incorporou o INCRA. Atualmente a principal missão do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é “criar oportunidades para que as populações rurais alcancem plena cidadania” e tem como principal objetivo, a inclusão social (INCRA, 2005).

No interior do INCRA existe a Diretoria de Assentamentos que tem o objetivo de viabilizar o acesso das famílias à terra após a emissão de posse nas áreas desapropriadas pelo Governo Federal. E assim, orientar as ações para a criação, implantação, desenvolvimento, consolidação, propiciando ou favorecendo a organização sócio-econômica dos beneficiários e o atendimento aos serviços básicos de assistência técnica, crédito rural e de infra-estrutura econômica e social vinculados ao II Plano Nacional de Reforma Agrária.

O II Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA, foi apresentado em novembro de 2003, durante a Conferência da Terra, em Brasília, que foi um evento realizado pela primeira vez e teve a unidade dos movimentos e entidades do campo. As principais metas do II PNRA são

Até o final de 2006 serão 400 mil famílias assentadas; 130 mil famílias terão acesso a terra por meio do crédito fundiário e outras 500 mil adquirirão estabilidade na terra com a regularização fundiária. São mais de 1 milhão de famílias beneficiadas e mais de 2 milhões de novos postos de trabalho gerados. Mas o II PNRA vai além da garantia do acesso à terra. Prevê ações para que estes homens e mulheres possam produzir, gerar renda e ter acesso aos demais direitos fundamentais, como saúde e educação, energia e saneamento (II PNRA, 2003).

Entretanto, o que podemos perceber é que se torna praticamente impossível, diante do desenvolvimento das metas estabelecidas pelo II PNRA, até os dias atuais, a realização efetiva de tais números.

A concentração é o elemento central da estrutura fundiária brasileira. Todavia, as possibilidades de obtenção de terras e a situação dos potenciais beneficiários são diferenciadas, o que justifica a utilização e a combinação dos diversos instrumentos que o poder público dispõe para democratizar o acesso à terra, superar as restrições que o acesso precário impõe à integração produtiva e promover um novo padrão de desenvolvimento. A centralidade está no instrumento de desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária dos latifúndios improdutivos que, entretanto, deverá se combinar com outros instrumentos disponíveis, como é o caso da arrecadação de terras públicas e devolutas, da aquisição por meio do Decreto 433/1992, da regularização fundiária e do crédito fundiário (II PNRA, 2003).

O que é um assentamento rural do INCRA?

O assentamento é o retrato físico da Reforma Agrária. Ele nasce quando o INCRA, após se imitar na posse da terra (recebê-la legalmente) transfere-a para trabalhadores rurais sem terra a fim de que a cultivem e promovam seu desenvolvimento econômico. O assentamento é, portanto, razão da existência do INCRA (INCRA, 2005).

Quem pode ser assentado?

Pode ser assentado do Programa de Reforma Agrária Nacional do INCRA todo trabalhador rural sem terra e aquele que trabalha individualmente ou em regime de

economia familiar, assim entendido o trabalho dos membros da família, indispensável à própria subsistência. Quando uma área é desapropriada para fins de reforma agrária, o INCRA dá prioridade aos que já estão morando nela, como arrendatários, parceiros, colonos etc. Também serão assentadas outras famílias que estejam cadastradas pelo INCRA, e que atendam aos requisitos legais que ocorrem no cadastramento e seleção (INCRA, 2005).

O II PNRA reside em um novo padrão de desenvolvimento para o meio rural assentado na Reforma Agrária e no fortalecimento da agricultura familiar. De acordo com o II PNRA (2003), a tecnologia sempre foi concebida para favorecer o monocultivo em grandes extensões de terra, em solos relativamente planos e de boa fertilidade, as quais estão, em sua maioria, em poder de unidades de grande porte. Os “pacotes tecnológicos” que obedecem a essa orientação são, no geral, caros e exigem, para seu correto uso, estabelecimentos devidamente capitalizados. Isto os torna inacessíveis aos agricultores de reduzido poder econômico (assentados, agricultores familiares), ou por falta de capital de custeio ou pelo justificado temor de assumir riscos acima da sua capacidade de reter a terra em caso de quebra de safra.

Uma análise profunda mostra o mito construído em torno da suposta ineficiência e inviabilidade da agricultura familiar e da inevitabilidade da modernização da agricultura e de suas conseqüências. A agricultura familiar corresponde a 4,1 milhões de estabelecimentos (84% do total), ocupa 77% da mão-de-obra no campo e é responsável, em conjunto com os assentamentos de reforma agrária, por cerca de 38% do valor bruto da produção agropecuária, 30% da área total, pela produção dos principais alimentos que compõem a dieta da população (mandioca, feijão, leite, milho, aves, ovos) e tem, ainda, participação fundamental na produção de 12 dos 15 produtos que impulsionaram o crescimento da produção agrícola nos anos recentes. A agricultura familiar promove uma ocupação mais equilibrada do território nacional e por meio de sua multifuncionalidade e da pluriatividade impulsiona diferentes atividades econômicas e o desenvolvimento territorial (II PNRA, 2003). Daí, a importância da concessão de créditos oferecidos pelo PRONAF para o desenvolvimento da agricultura familiar, conforme retratado na tabela acima.

O Plano Nacional de Reforma Agrária tem como principal orientação fazer dos assentamentos espaços de produção e qualidade de vida integrados ao desenvolvimento territorial. O INCRA, ao colocar em prática este Plano orienta-se para a promoção da viabilidade econômica, da segurança alimentar e nutricional, da sustentabilidade ambiental para garantir o acesso a direitos e a promoção da igualdade – objetivos integrados a uma perspectiva de desenvolvimento territorial sustentável. Isso requer colocar à disposição das famílias assentadas e das demais beneficiárias do Plano os meios indispensáveis à exploração econômica da terra e para que obtenham renda suficiente para viver com dignidade, tais como: crédito, assistência técnica, apoio à comercialização e à agregação de valor; construção de infra-estrutura produtiva, econômica e social, como água, saneamento básico, via de escoamento da produção; além de outras políticas públicas que garantam a universalização do acesso a direitos fundamentais.

Contudo, a realidade não reflete todos os objetivos teóricos do II PNRA. O INCRA, na maioria das vezes depende da parceria com as prefeituras municipais que algumas vezes não colaboram para a manutenção da infra-estrutura fornecida pelo órgão federal. Um exemplo bastante representativo desta situação são os postos de saúde que são construídos, com todo o aparato técnico necessário, mas que acabam ficando abandonados devido à ausência de médicos, que deveriam ser fornecidos pela prefeitura local que na maioria das vezes se comprometem em dar assistências desse tipo. Além

disso, o INCRA recebe muitas críticas por parte de assentados de todo o estado, muitas delas relacionadas a morosidade na regularização das terras e concessão de créditos.

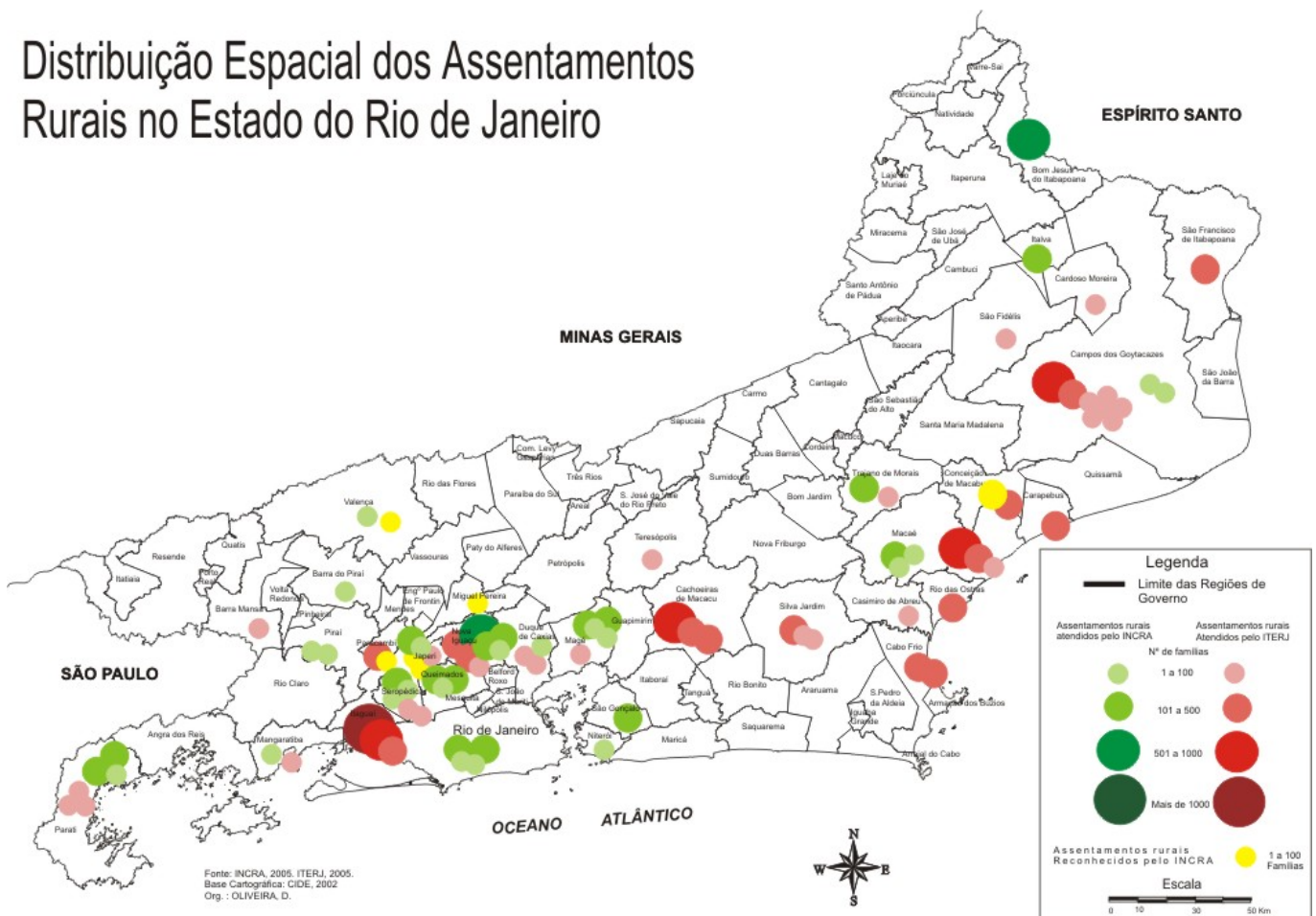
No estado do Rio de Janeiro, atualmente encontramos 52 projetos de reforma agrária, num total de 8.494 famílias, geridas pelo INCRA, através de sua Superintendência Regional. Dentre este total, 6 deles são de responsabilidade do governo estadual, que foram reconhecidos pelo INCRA.

Conforme citado anteriormente, a estrutura fundiária e a história da luta pela terra no Rio de Janeiro apresentam suas particularidades, bem como o processo de reforma agrária no estado que se desdobra de maneira singular. Informações colhidas no próprio INCRA comprovam que a grande maioria dos assentados no Rio de Janeiro é de origem urbana e a pluriatividade tem significativa presença nos assentamentos do estado, ou seja, a maioria combina atividades urbanas e rurais.

Outro aspecto importante destacado por Alentejano (1997) é a concentração dos assentamentos, principalmente aqueles sob responsabilidade do ITERJ, na Região Metropolitana e em seu entorno, dado o maior grau de improdutividade das terras aí localizadas e o grande número de conflitos pela posse da terra nesta área. O mapa 1 evidencia a distribuição espacial dos assentamentos rurais do estado do Rio de Janeiro, destacando os diferentes órgãos responsáveis pela gestão desses assentamentos.

Mapa 1

Distribuição Espacial dos Assentamentos Rurais no Estado do Rio de Janeiro



O assentamento Associação Mutirão da Conquista

O assentamento Mutirão da Conquista se localiza no distrito de Barão de Juparanã no município de Valença, estado do Rio de Janeiro. O assentamento ocupa uma área de 12 alqueires, com um total de 39 famílias, distribuídas em lotes com uma área que varia devido às condições naturais que devem ser preservadas.

Criado em 21 de fevereiro de 1986, o assentamento surgiu devido à demanda por terra, principalmente de trabalhadores rurais provenientes do próprio município. Inseridos num contexto de intensos conflitos fundiários, que fervilhavam na década de 1980 no estado do Rio de Janeiro, cerca de 400 famílias, unidas e apoiadas pela Igreja Católica, mais especificamente pela Comissão Pastoral de Terra (CPT/RJ), representada pela figura do Mounsiieur Gemiroy, invadiram a Fazenda Conquista com a finalidade de se fixarem através de acampamento nas terras da fazenda, obrigando o governo a expropriar estas terras, porém, foram duramente reprimidos e obrigados por forças públicas policiais a desocuparem a fazenda.

O governo Brizola assume em 1983 sem que houvesse um órgão específico em nível estadual para tratar da questão fundiária, fato que segundo Novick (1994, p. 70), “contribuiu para que a relação com os grupos constituídos no processo de luta pela terra fosse permeada por novos desafios, tanto para o aparelho estatal quanto para os movimentos sociais”. A construção da relação entre governo e demandantes por terra não se deu por intermédio de uma proposta política pré-estabelecida, mas em meio a uma intensa mobilização popular, pois, de questão não tão importante na campanha eleitoral de 1982 e posteriormente definida em grandes linhas no programa de governo, a questão agrária foi lentamente assumindo importância no interior do estado do Rio de Janeiro (Novick, 1994).

No fervilhar da situação, os trabalhadores rurais que foram expulsos num primeiro momento da Fazenda Conquista, programaram uma nova invasão e dessa vez, obtiveram sucesso e conseguiram se fixar e montar o acampamento. Torna-se válido ressaltar que a segunda invasão foi feita por um número bem menor de famílias (cerca de 60), das quais restariam apenas as 39 que foram assentadas.

O assentamento Associação Mutirão da Conquista apresenta particularidades, quando comparado com a grande maioria dos assentamentos rurais do estado do Rio. Todas as famílias do assentamento são provenientes do município de Valença e já possuíam certa “intimidade” com o trabalho agrícola, destoando, da grande maioria dos movimentos ocorridos no período do Governo Brizola que se concentraram na região metropolitana do estado e a maioria dos sem-terra era de origem urbana (desempregados, subempregados, biscateiros etc). Cabe destacar que a ocupação em Valença recebeu o apoio de demandantes de terras provenientes da Baixada Fluminense, que foram até o município apoiar a luta e a invasão da Fazenda Conquista, mas que não faziam parte do grupo que lutava verdadeiramente por aquelas terras no município.

Verificou-se que os lotes do assentamento foram divididos igualmente entre os assentados por técnicos do estado, contrariando o que Novick (1994) ressaltou ao abordar o tema afirmando que o parcelamento da terra e seleção dos assentados ficaram a cargo da direção dos assentamentos, sem que o aparato fundiário, que buscava respeitar à autonomia dos movimentos, procurasse intervir no processo. O Governo Brizola foi marcado por uma aproximação intensa com os assentados, dando-lhes todo o aparato necessário à sua sobrevivência. Desse modo, Novick afirma:

Em todos os assentamentos o governo forneceu alimentos da cesta básica até a primeira colheita, material de construção, recursos para aluguel de tratores, insumos agrícolas,

assistência técnica e, em alguns casos, dotou-os de infra-estrutura social (posto de saúde, escola) e produtiva (caminhão, trator e implementos) (NOVICK, 1994, p. 76).

Em entrevista com o líder do assentamento Mutirão da Conquista, Sr. Antonio Garcia Sobrinho, conhecido como Sr. Toninho, ele afirmou que o Governo Brizola, em seus dois mandatos (sendo o primeiro no período de 1982 a 1986 e o segundo compreendido entre o período de 1990 a 1994) foi de fundamental importância na implantação do assentamento e fixação das famílias, já que elas podiam contar com o apoio financeiro, técnico, produtivo e de infra-estrutura, que lhes proporcionaram melhores condições de vida e de produção. Duras críticas foram feitas aos governos que seguiram a administração de Leonel Brizola. Tais fatos vêm corroborar o pensamento de Novick (1994), quando este afirma que o MST/RJ¹ e a CPT/RJ entendiam que o governo “esvaziava e cooptava o movimento”, porém, tal afirmação não obteve repercussão entre os assentados, uma vez que o papel do governo não era questionado no interior dos assentamentos, por concordarem que suas necessidades principais, como terra, casa, alimentação e infra-estrutura eram atendidas.

Neste sentido, Novick volta a afirmar:

Assim, o confronto dos movimentos de ocupação de terras para o “trabalho” com o Estado esgota-se no reconhecimento de sua legitimidade pelo governo (transferências, decretos de desapropriação, não-repressão etc.). Simultaneamente à explicitação nos assentamentos dos objetivos que levaram os “sem-terra” fluminenses a se mobilizarem pela terra e à individualização desses objetivos nos “mutirões”, verifica-se uma relação pacífica – não mais de confronto e conquista, mas de aliança e concessão – entre os assentados e o governo (NOVICK, 1994, p. 78).

Ao contrário do que se percebia na maior parte dos assentamentos rurais do estado, o Mutirão da Conquista, não apresentou tensões internas, pois como podemos avaliar através das entrevistas, o Sr. Toninho, líder deste assentamento, apresenta uma enorme capacidade de organização e direção que proporcionou o sucesso do assentamento, como veremos mais adiante, através de iniciativas e projetos que deram certo. Além disto, este procura manter uma proximidade com os órgãos governamentais (atualmente, representado pelo ITERJ, na esfera estadual e pelo INCRA, na esfera nacional) responsáveis pela liberação de recursos para os assentamentos.

- A LUTA DOS ASSENTADOS PELA TERRA

A formação dos assentamentos necessita de um longo processo, onde os trabalhadores rurais apresentam-se como atores principais que foram expropriados e lutam pelo regresso à terra, impossibilitados pelos meandros do capitalismo. Nesse contexto, é que se dá a luta pela terra que se materializa através das ocupações, dos acampamentos e da conseqüente formação dos assentamentos rurais. Fernandes chama a atenção, ao afirmar que:

O capital é uma relação social que é, antes de mais nada, uma relação de expropriação e de exploração. Cria, de um lado, os exploradores, e de outro os explorados, produz a fartura e a fome. Este é o caráter inerente da contradição do desenvolvimento capitalista. Diante desta realidade, os trabalhadores rurais têm criado diversas formas de resistência, durante toda a sua história, através das lutas sociais no enfrentamento com o estado, com os proprietários de terra e capitalistas (FERNANDES, 1996, p. 31).

¹ É válido ressaltar que o Assentamento Mutirão da Conquista não teve apoio do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST/RJ).

As famílias que pertencem ao assentamento Mutirão da Conquista foram os atores, que conseguiram encarar o processo de exclusão imposto pelo desenvolvimento do capitalismo no campo e, com a sua luta, conseguiram retornar à terra na condição de trabalhadores rurais. Como observamos anteriormente, o assentamento destaca-se por ser a maioria dos assentados de origem rural, ou seja, agricultores que trabalhavam como empregados assalariados ou sob o regime de meação ou parceria, sendo poucos os que possuíam terra anteriormente.

Os assentados, normalmente, eram membros de numerosas famílias, onde quase todos os membros tinham que trabalhar em terras alheias sob as condições de trabalho descritas acima ou até mesmo na cidade em busca de atividades classificadas como urbanas. As dificuldades os levaram a entrar para os movimentos sociais de luta pela terra, principalmente em situações de desemprego, causados pela modernização. As condições precárias de vida os impediam de comprar terras para produzir e a esperança de conseguir algo melhor para sua família foram os principais motivos que levaram os assentados do Mutirão da Conquista a ingressarem nos movimentos sociais rurais em busca de terra própria.

O caminho até a conquista da terra foi longo, desde a organização das famílias através de reuniões na Igreja, passando pelo ingresso no acampamento, até conseguirem se estabelecer efetivamente na terra, sob a condição de assentados rurais. Como vimos anteriormente, foram duas tentativas de ingresso nas terras da Fazenda Conquista, a primeira fracassou, obtendo o sucesso na segunda tentativa com um número muito menor de famílias (39 neste momento).

- A PRODUÇÃO

No assentamento Mutirão da Conquista, sobressai a pequena produção familiar e os produtos que se destacam são: cana-de-açúcar, milho, feijão, arroz, inhame e mandioca, além do gado leiteiro. Nas entrevistas realizadas em trabalhos de campo, foi possível apurar que grande parte dos alimentos consumidos pelas famílias assentadas é produzida nos próprios lotes. Uma pequena parte da produção é comercializada em feiras livres no próprio município de Valença, para atravessadores locais ou através da venda domiciliar direta.

As famílias recebem crédito do Pronaf² (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) para o desenvolvimento de projetos previamente analisados e são assistidos por técnicos da EMATER. O crédito inicial concedido a cada família foi no valor de R\$ 10.000,00 e outros créditos foram liberados ao longo do tempo, para atender a projetos individuais, como a fabricação de doces e cachaça. Cabe lembrar que os primeiros créditos eram provenientes do Procera³ (Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária), no mesmo valor indicado, até a sua extinção.

Uma das maiores reclamações dos assentados é quanto ao tempo de liberação dos créditos solicitados, que algumas vezes demoram anos para serem liberados, necessitando, em determinados momentos, da presença e interferência do líder do assentamento (Sr. Toninho) junto às instituições governamentais responsáveis. Segundo o Sr. Toninho, as dificuldades maiores estão relacionadas ao INCRA que coloca alguns

² O Pronaf surgiu com a finalidade de possibilitar (principalmente) ao agricultor familiar uma linha de crédito diferenciada (juros mais baixos) com pagamentos da dívida a longo prazo (Silva, 2005).

³ O Procera foi criado com o objetivo de oferecer recursos financeiros para os assentados da reforma agrária iniciarem o processo produtivo. O mesmo foi extinto em 1996 com a criação do Pronaf.

obstáculos à concessão dos créditos e dificulta a liberação dos mesmos. Somado a isso, a morosidade do processo impede um maior dinamismo da produção agrícola nos lotes do assentamento. Muitas vezes, faz-se necessário a intervenção do ITERJ, órgão estadual, junto ao INCRA para que o processo de liberação de créditos ocorra de maneira mais eficaz. Com relação à assistência técnica fornecida pela EMATER, a maioria das famílias considerou satisfatória.

Remetendo ao que foi dito anteriormente, alguns assentados desenvolvem projetos de produção familiar, com a criação de pequenas fábricas. Esses assentados assumiram papel de destaque entre os entrevistados, já que se encontram engajados em pequenos projetos que lhes possibilita o aumento da renda familiar, além da produção agrícola propriamente dita. Dentre eles, destaca-se a família do Sr. Pedro e D. Celma que possuem um lote de 7,5 há, são provenientes do município de Valença, como todos os outros assentados. Segundo relataram na entrevista a fabricação de algum produto sempre esteve nos seus planos antes mesmo de passarem a condição de assentados, a única dúvida era com relação ao produto, que poderia ser queijo ou cachaça, já que segundo disseram, não tinha condições de plantar e produzir o suficiente para a sobrevivência da família.

Os créditos recebidos pela família do Sr. Pedro, provenientes do PRONAF, foram investidos na melhoria da propriedade e na produção de cachaça que é comercializada, segundo D. Celma “*nos próprios botecos do assentamento*” a um valor de R\$ 3,50 / litro quando vendido em pouca quantidade, já no atacado o litro da cachaça cai para R\$ 2,50.

Com relação a utilização de implementos utilizados na produção agrícola, os assentados disseram utilizar apenas adubos químicos em áreas muito degradadas, sendo o adubo natural o mais utilizado. Contam com apenas um trator que é do assentamento e é emprestado sempre que necessário as famílias, com relação à infra-estrutura de trabalho, os assentados mostraram-se bastante satisfeitos e disseram utilizar o maquinário necessário para a produção. A maioria dos assentados entrevistados possui algum tipo de automóvel (caminhão, caminhonete, carro de passeio, moto) que lhes possibilita ir à cidade quando necessário e transportar sua produção.

– A SITUAÇÃO DOS ASSENTADOS

A melhoria da qualidade de vida dos assentados antes e depois do projeto é notória, a maioria dos assentados eram subempregados ou desempregados e não possuíam casa própria sendo obrigados a pagar aluguéis caros, já que se encontravam em condições econômicas precárias. De acordo com as famílias entrevistadas, as condições de moradia, alimentação, trabalho e poder de compra melhoraram consideravelmente.

Com relação às consideráveis melhorias na qualidade de vida das famílias após a implantação do assentamento, Medeiros e Leite (1997) ressaltam que

Os assentamentos não só geram empregos e, de alguma maneira, aumentam o nível de renda das famílias assentadas, com reflexos na economia municipal e regional, como também alteram, em maior ou menor medida, as relações de poder local (p. 4).

A constituição de um assentamento normalmente já acarreta a introdução de novos elementos e agentes que provocam alterações nas relações de poder. Além disso, inicia uma nova dinâmica de demandas (saúde, educação, transporte, apoio à produção etc) e reflexos, que se somam e às vezes disputam os mesmos recursos com outras comunidades locais que não são beneficiadas por investimentos públicos.

Os benefícios recebidos pelo assentamento foram vários, destacando-se aqueles proporcionados pela melhoria da qualidade de vida, como saúde, educação, transporte, luz etc; sendo a água e o esgoto as únicas reclamações dos assentados que se disseram responsáveis pela chegada destes até a moradia. Demonstraram-se insatisfeitos também com a atuação da prefeitura de Valença que pouco contribui com recursos básicos e fornecimento de infra-estrutura, que como vimos no segundo capítulo, são de responsabilidade do INCRA, que não “consegue” estar presente efetivamente em todos os assentamentos rurais brasileiros e contam então, com o apoio das prefeituras municipais que de acordo com as questões políticas do momento podem assumir o papel de colaboradora ou não.

A renda familiar mensal fica dividida entre a comercialização do que é produzido nos lotes e o emprego de alguns membros das famílias em atividades consideradas urbanas. Desse modo, fica patente a importância da pluriatividade⁴ para algumas famílias envolvidas enquanto complemento primordial na renda familiar. Com relação à escolaridade, verificamos que os chefes de família e suas esposas cursaram em média as primeiras séries do ensino fundamental e os mais jovens são incentivados a estudar para “*alcançarem um futuro melhor*”, de acordo com as palavras do Sr. Toninho.

– A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA

A questão da consciência e do engajamento político é, sem dúvida, central para a implantação de um projeto de assentamento e a luta pela terra e a conquista do assentamento apresentam-se como exercício da cidadania. A conquista do assentamento, normalmente, acarreta a introdução de novos elementos e agentes que ocasionam alterações nas relações de poder. Segundo Medeiros et al,

(...) podemos falar dos assentamentos como ponto de chegada, ou seja, como uma entre outras possibilidades de mobilidade e integração social na qual se empenham os diversos movimentos sociais rurais, no processo de luta pela posse da terra. O impacto proporcionado nos parece importante pela transformação de um amplo setor de “excluídos” em sujeitos políticos, novos atores em cena.

Por outro lado, podemos também falar dos assentamentos como ponto de partida, ou seja, como a situação a partir da qual o produtor beneficiado busca – já num patamar diferenciado – implementar projetos tecno-produtivos, praticar uma nova sociabilidade interna aos núcleos de reforma agrária e inserir-se num jogo de disputas políticas visando sua reprodução (sobretudo na sua relação com o Estado) (MEDEIROS et al., 2004, p. 28 e 29).

O processo de implantação do assentamento permite práticas que necessitam da união, da organização e mobilização de todos para estabelecerem metas e situações de reivindicações. Fato verificado no Assentamento Mutirão da Conquista é a enorme organização e controle que o líder do assentamento, Sr. Toninho, possui sobre todos os outros assentados, exigindo que todas as datas para o pagamento de dívidas sejam cumpridas, que nada fuja as exigências dos órgãos públicos, que sejam realizadas reuniões mensais para a solução de problemas e tentativa de melhorias, verificação da situação de cada assentado (com relação ao pagamento de empréstimos nas datas corretas, necessidade de renegociação de alguma dívida, elaboração de reivindicações

⁴ Entendemos a pluriatividade como um fenômeno no qual os componentes de uma unidade familiar executam diversas atividades econômicas com o objetivo de conseguir uma remuneração pelas mesmas e conseqüentemente aumentar a renda familiar (Silva, 2005). No caso do assentamento Mutirão da Conquista, as atividades exercidas são de domésticas, faxineiros, vendedores, além da produção artesanal executada no próprio assentamento.

para a solução de problemas etc), bem como encontros com representantes do ITERJ, INCRA e EMATER em busca de melhores condições de produção e vida para os assentados.

A criação de associações em alguns municípios pode ser o início para a organização ou fortalecimento de novas associações ou sindicatos, como ocorre no assentamento Mutirão da Conquista. Esta participa da vida do assentamento, tendo em seu estatuto, a proibição da venda do lote por parte dos seus assentados, ação que quando executada desmoraliza a principal reivindicação do movimento - terra para trabalho (Sousa, 1999).

Diante de fatos destacados pelos assentados, tendo sido o assentamento criado pelo governo do estado do Rio de Janeiro e mais tarde reconhecido pelo governo federal, saindo da responsabilidade do ITERJ e passando para a tutela do INCRA, esperava-se maior empenho por parte do órgão federal para a solução de problemas, ou a tentativa de acordo com a prefeitura local para que as necessidades dos assentados fossem atendidas, ou ainda a maior participação (mais ágil) junto aos assentados fornecendo-lhes créditos. Entretanto, o que se pode perceber é a participação muito mais ativa do ITERJ junto aos assentados, tendo muitas vezes que exercer o papel de intermediário entre o órgão federal e os assentados para a liberação de créditos e fornecimento de infra-estrutura básica.

Como podemos analisar, a vida no assentamento cria novos atores sociais e resgata a dignidade de uma população historicamente excluída. Não ter que pagar renda da terra, sair da condição de “escravo”, sentir-se “livre” e apto a controlar sua própria vida, são elementos considerados fundamentais pelos assentados, quando comparam situações do passado com o presente. Por mais que este seja recheado de dificuldades, o ingresso na terra provoca rupturas e sensações nítidas de melhora em relação ao passado e as famílias criam expectativas de um futuro melhor, indicando um quadro de esperança que depositam no acesso à terra e uma expectativa de estabilidade para um tempo vindouro (Medeiros et al., 2004)

Considerações Finais

A reforma agrária apresenta-se como uma demanda da sociedade, posto que, torna-se possível perceber que os problemas causados pela modernização conservadora da agricultura já se encontram encravados e a solução para tais problemas parece estar muito longe de se resolver. A estrutura fundiária brasileira permanece altamente concentrada, resultado da modernização conservadora que possibilitou a apropriação de grande parte da área agrícola por um reduzido número de proprietários, que apenas especulam a terra e pouco ou nada produzem. Contrapondo-se a esta situação, encontram-se os pequenos agricultores familiares que vivem em condições precárias e não conseguem permanecer no mercado altamente competitivo e excludente.

Apesar do aumento do número de projetos de assentamentos rurais, ainda é muito pouco quando comparados com as metas governamentais oficiais, que não são cumpridas e mais ainda, quando comparados com o número de excluídos do campo que cada vez mais ingressam em movimentos sociais que lutam por terra. A preocupação dos sucessivos governos brasileiros sempre esteve voltada para o desenvolvimento do capital no campo, privilegiando as agroindústrias e os produtos voltados para exportação, buscando sempre atender as demandas do mercado internacional.

O anúncio de planos ambiciosos, onde o governo propõe o assentamento massivo de trabalhadores tem permeado o cenário político brasileiro ao longo dos anos, assim como o seu descumprimento. Apesar da crescente mobilização social, os

interesses dos grandes proprietários sempre foram suficientemente grandes para impedir qualquer tentativa de solução destes problemas. O cenário atual vem sendo marcado por desigualdades profundas no campo que tem conduzido ao acirramento dos conflitos sociais e, conseqüentemente, ao crescimento da violência, com freqüentes casos de morte.

Apesar de todos os problemas intrínsecos ao espaço rural, os assentamentos apresentam-se como experiências positivas, mesmo com toda a dificuldade e com a falta de participação governamental no apoio técnico-financeiro aos assentados. A vida nos assentamentos têm permitido, a muitos pequenos agricultores, condições dignas de produção e de sobrevivência, permitindo-lhes ultrapassar os obstáculos e desenvolver atividades alternativas.

No caso das políticas voltadas para o Rio de Janeiro, encontramos no estado, um grande impasse entre o INCRA e o ITERJ, que deveriam atuar em conjunto, porém, o que percebemos é uma participação muito mais ativa do órgão estadual. Segundo Alentejano,

(...) o Rio de Janeiro não é considerado um estado prioritário para a realização da reforma agrária e há significativas dificuldades, tanto por parte dos órgãos públicos como dos movimentos sociais, de pensar um modelo de reforma agrária que utilize o elevado grau de urbanização do estado como trunfo e não como obstáculo. (ALENTEJANO, 2003, p. 201).

Apesar do impasse existente entre os órgãos públicos, a questão da cidadania é, sem dúvida, uma das conquistas mais importantes do processo de implantação dos assentamentos; a reintegração do indivíduo que havia sido excluído do sistema de produção, na condição de produtor e proprietário de terra, possibilita o resgate da cidadania e dignidade perdidas com a exclusão. Desse modo, os assentamentos constituem lugares onde as famílias criam seus laços de afetividade e buscam alternativas para os problemas diários que os afetam, além de terem a possibilidade de desenvolvimento de uma consciência que lhes permite entender que a solução parcial de seus problemas aconteceu graças a participação ativa de cada um e que seus projetos não podem ser abandonados e só serão realizados a partir da continuidade da luta efetiva pela terra.

Referências Bibliográficas

_____. *Reforma Agrária e pluriatividade no Rio de Janeiro: repensando a dicotomia rural-urbana nos assentamentos rurais*. 188 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, CPDA/UFRRJ, 1997.

_____. *Reforma Agrária, território e desenvolvimento no Rio de Janeiro*. 297 f. Tese (Doutorado) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, CPDA/UFRRJ, 2003.

CIDE. *Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro* – 2001.

FERNANDES, B. M. *MST: formação e territorialização*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *A Formação do MST no Brasil*. Petrópolis/ RJ: Vozes, 2000.

_____. A questão agrária no limiar do século XXI. In: *ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA*, 15., 2000, Goiânia. Goiânia: UFG. 2000.

IBGE. *Censo Agropecuário (1995 - 1996)*.

IBGE. *Censo Demográfico (2000)*.

- INCRA. *II Programa Nacional de Reforma Agrária*. Disponível na Internet. <http://www.incra.gov.br/>. 2005.
- ITERJ. *Programa Nossa Terra*. Disponível na Internet. <http://www.iterj.rj.gov.br/>. 2005.
- LEITE, S. P. & MEDEIROS, L. S. Os impactos regionais dos assentamentos rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais. *Revista Debates CPDA*, Rio de Janeiro, n. 4, p. 1 – 17. dez. 1997.
- MEDEIROS, L. S. et al. *Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. 1 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2004. 392 p.
- NOVICKI, V. A. Governo Brizola, movimentos de ocupação de terras e assentamentos rurais no Rio de Janeiro (1983 – 1987). In: MEDEIROS, L. S. et al (orgs.). *Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Ed. UNESP, 1994.
- RIBEIRO, M.A. Considerações sobre o espaço rural fluminense: estrutura e transformações. In: MARAFON, G. J. & RIBEIRO, M. F. (orgs.). *Estudos de Geografia Fluminense*. Rio de Janeiro: UERJ, 2002. 208 p. p. 13 – 26.
- SILVA, E. S. O. *Conceitos e Desempenho Político – Econômico da Agricultura Familiar no Estado do Rio de Janeiro: o Noroeste Fluminense como Estudo de Caso*. 104 f. Monografia (Graduação em Geografia), IGEO – Departamento de Geografia, UERJ, 2005.
- SOUSA, A. J. F. P. *Reterritorialização nos assentamentos rurais na franja metropolitana do Rio de Janeiro: o assentamento Fazenda Boa Esperança em Japeri*. 88 f. Monografia (Graduação em Geografia), IGEO – Departamento de Geografia, UERJ, 1999.